

EXPANSÃO DO TURISMO E REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS NOS CAMPOS DO RIO BRANCO, RORAIMA, AMAZÔNIA

Nilson C. Crocia de Barros¹

Introdução

Parte substancial da *dinâmica das paisagens* no Brasil atual deriva das instalações dos *equipamentos turísticos* e a situação de Roraima é particularmente reveladora das alterações nos significados e nas valorizações das paisagens neste país e no mundo tropical provocadas por esta expansão do turismo, um dos segmentos mais dinâmicos do setor dos serviços. As representações regionais passam por um acelerado e tumultuado processo de reconstrução. Um contexto regional de *frentes agro-madeireiras-minerais* (economia primária) e *político-administrativas* passa a ser visto também pela perspectiva das possibilidades da exploração turística do tipo *ecoturismo*. Este universo de tentativas e transições é o tema do presente trabalho.

Durante muitas décadas a formação das representações '*industrializadas*' sobre Roraima esteve a cargo da burocracia de pesquisa/planejamento e imprensa, que forjaram uma imagem caracteristicamente de frente brutal de expansão ou área de potencial de desenvolvimento. A área foi '*diferenciada*' (Price, 1996:336) desta forma. Iniciou-se contudo, após 1996, através do setor de marketing, um massivo processo de construção de imagem comandado pela *mentalidade da exploração turística* que, trabalhando as matérias-primas de idéias anteriores, está promovendo um *refashioning* da área.

As possibilidades ecoturísticas na área de Roraima baseiam-se em várias condições regionais, dentre as quais poderiam ser

¹ Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

mencionadas: capital natural altamente vantajoso e com elevado grau de conservação em muitas partes; várias áreas de preservação natural e cultural instituídas; vizinhança e co-participação na Amazônia e contigüidade com o Parque Turístico de Canaima (Gran Sabana, Venezuela), com ligações rodoviárias de qualidade e infra-estruturas de telecomunicações, aeroportuária e de alojamento suficientes; existência de grande variedade de culturas indígenas e uma paisagem pecuária de fazendas tradicionais de origem colonial nos lendários *campos do rio Branco*; e uma lenta, mas sustentada, difusão entre segmentos da população local da idéia de que é necessário e urgente encontrar alternativas para o modelo predatório agro-madeireiro-mineral em curso, assim como para a dependência aos gastos federais.

Problematizações sobre a fronteira em Roraima

Da exclusão à cooperação.

A área de Roraima é fronteira no sentido histórico e cumulativo, da borda mais externa de um sistema de assentamentos; mas o é também no sentido de fronteira política. Desta maneira, duas ordens de motivação arrastaram o movimento demográfico e de ocupação em direção à área. Em certos momentos, como no final do século 18 e depois da criação do Território Federal (1943) até os anos de 1980, prevaleceram as motivações militares referentes à fronteira (fronteira burocrática), mas houve o intervalo da mentalidade de *business* do período do boom da borracha (1870-1920). De uma forma geral os estados-nações enfatizavam a consolidação de suas fronteiras e exarcebavam a desconfiança para com o *outro* até os anos de 1980 (Figura 1).

Na presente década, contudo, sob os ventos das idéias de cooperação e integração de países em blocos regionais e expansão dos serviços, as preocupações com o *ecobusiness* do turismo entraram em cena. De fato, entre Brasil e Venezuela a cooperação avança a passos largos, expressa pelo quase completo asfaltamento da BR 174 que liga Manaus a Boa Vista, e daí aos portos do Caribe e Caracas, e pela compra de energia hidroelétrica venezuelana da usina de Gury por parte de Roraima. Tentativas de asfaltamento da estrada ligando Boa Vista a Georgetown (550 km, com 160 já asfaltados) para acesso portuário na Guyana estão em curso (MPO/SAR/Suframa, 1998: 58).

As territorialidades

Com a expansão da colonização ao longo do século 19, a célula da territorialidade expansiva – ou unidade base das *relações assentamentos/meio* – em Roraima passou a ser a ‘fazenda de gado’, e não mais a ‘aldeia’. As territorialidades foram se superpondo – grupos indígenas/aldeias e estado/criadores e fazendas –, e os agentes se foram atritando com a marcha da sociedade expansiva.

Tabela 1
Estado de Roraima
Situação Institucional das Terras
1998

<i>Controle Institucional</i>	<i>Área em km²</i>	<i>Import. Relativa(%)</i>
Indígena/Funai	101.302	45
Ambiental/Ibama	47.274	21
Área restante (incl. inundáveis/montanhas)	76.539	34
Total	225.115	100

Fonte: MPO/SAR/Suframa (1998:57).

A isto se somou a intervenção federal sobre a área que pertencia ao Estado do Amazonas, com a criação do Território Federal em 1943 e sua vigência formal até 1988, mas cuja dependência financeira, política e cultural quase total a este poder federal prolonga-se até os dias atuais. Instituições federais (poder central) como Ibama (reservas ecológicas) e Funai (áreas indígenas) têm suas subáreas de domínio territorial representando cerca da metade da superfície do Estado (Tabela 1). Adicionando-se as áreas de Projetos de Assentamentos Familiares do Incra (federal) este domínio territorial chega a ¾ da superfície estadual. Igrejas fomentam a consolidação de áreas indígenas, ecologistas/governo federal criaram áreas de preservação ambiental, novos projetos governamentais de colonização são criados, ao mesmo tempo em que novas unidades de poder em nível municipal (os Municípios) se estabelecem aceleradamente, endentando-se com reservas ambientais e áreas indígenas.

A expansão dos serviços, do turismo e a fronteira

Do ponto de vista das alterações sociais, econômicas, culturais e políticas contemporâneas, talvez seja a expansão dos *Serviços* o evento mais marcante deste final de século. No Brasil não tem sido diferente. Segundo dados da FGV (1996:32), enquanto os outros setores de atividade, como Extração Mineral, Construção Civil e Indústria de Transformação estacionavam ou decresciam em suas participações na composição geral do emprego no país no período 1986-1995, os *Serviços* apresentavam um notável crescimento, incluindo-se aí o Comércio de Varejo também. Destaque foi registrado para os setores de alimentação e alojamento, de alta relação com o *setor turístico*.

Roraima não esteve fora desta tendência geral de expansão da economia dos serviços. Segundo o IBGE, de 1992 para 1995, entre a população urbana economicamente ativa em Roraima, o emprego no setor terciário – *Serviços e Comércio* – passou de aproximadamente 68% do total para 72% (MPO/SAR/Suframa, 1998: 43), tendendo a crescer mais ainda por conta da pecuarização nas zonas rurais, esgotamento de recursos de coleta, e expansão em si das redes de serviços. O emprego no setor industrial manteve-se estável no mesmo período, em torno de 22%, enquanto declinava o emprego rural, de 9% em 1992, para 5,8% em 1995 (MPO/SAR/Suframa, 1998: 43). Mas, a *base econômica* de Roraima é primário-extrativa. Este é que é o setor responsável pelas *exportações* (relações de mercado com o exterior) do Estado, apesar de a sustentação de renda local em larga medida depender do setor público (idem, idem). Na Tabela 02 vê-se a composição das exportações de Roraima, com o amplo domínio mineral e madeireiro.

As estruturas industriais e comerciais perderam a *condição de monopólio* na criação de relações com as periferias remotas como Roraima. Expandem-se as relações a partir dos setores de mídia, finanças, lazer e entretenimento, transportes, alojamento e alimentação, educação, pesquisa, informação e telecomunicações, serviços pessoais, etc. Estes setores expansivos nos centros econômicos passam a estabelecer novas relações com as áreas de *fronteira*, e estas novas relações usualmente adicionam-se ou às vezes mesmo suplantam a velha relação extrativa (madeira, minérios, etc), agrícola ou de delegação de área de criatório. Ou áreas que eram muito secundárias no modelo centro-periferia tradicional são vitalizadas pelas novas relações funcionais. Sendo áreas secundárias

Tabela 02
Estado de Roraima
Composição das Exportações
1995

<i>Bens</i>	<i>Importância no Total das Exportações (%)</i>
Diamantes ¹	89.59
Madeiras	9.66
Outros	0.75
TOTAL	100,00

Fonte: MICT/SECEX, cit. por: MPO/SAR/Suframa (1998:47).

1 – massivamente para a Suíça.

anteriormente, muitas puderam manter quase intacto o estoque de *capital natural*, o que lhes confere vantagens comparativas no contexto da nova com-petição na divisão territorial de funções baseada nos *serviços turísticos*.

É evidente que a função turística tem crescido muito rapidamente em nível mundial. No ano de 1994, a Organização Mundial do Turismo (WTO) estimou que cerca de 528 milhões de pessoas em todo o mundo passaram férias fora do seu país e dispenderam nesta atividade cerca de U\$ 321 bilhões, um número de viajantes 3% maior e uma despesa 5% maior que no ano anterior (*Geographical*, 1995: 10). Tisdell apresenta a estimativa de que cerca de 20% deste valor monetário se deve ao ecoturismo (1997:2), o segmento que especialmente interessa a Roraima.

A *remotividade* passa a ser representada como uma vantagem turística. Paisagens antes pouco lembradas, ou vistas punctualmente como simples fontes de matérias-primas minerais ou vegetais, recebem novos significados e valorizações pelos negócios turísticos ou pela cultura ambiental e de pesquisa. É o que acontece com ecossistemas como as florestas tropicais, as savanas e caatingas, as montanhas, etc. No Estado de Roraima, os lendários e esquecidos *campos do rio Branco* (vegetação savanóide) que tiveram desde o século 19 e continuam tendo uma utilização pecuária, contendo também várias reservas indígenas (Barros, 1995), passaram a despertar vivo interesse nos setores públicos e privados (agências de turismo, ONGs, grupos indígenas, cursos profissionais de turismo, etc) para fins de utilização turística .

Fronteira e sustentabilidade

A noção de sustentabilidade encerra, de maneira central, o imperativo da “*eqüidade entre as gerações*” (Garrod & Fyall, 1998:200) no uso do planeta, visto este uso em diferentes escalas. A noção de sustentabilidade consiste em que o equilíbrio ambiental do planeta depende da atenção a *processos globais de mudanças*, especialmente no campo climático, ao mesmo tempo em que há a preocupação das relações em dupla mão entre os eventos ambientais locais e globais. O tema crítico e muitas vezes repetido tem sido o do aquecimento da atmosfera pelo *efeito estufa*, provocado pelas emissões de gases (carbono dióxido, metano, clorofluorcarbonos, etc) produzidos especialmente nas áreas de grandes concentrações urbano-industriais em função da queima de combustíveis fósseis, e secundariamente por queimadas (Goudie, 1993: 304-310) em áreas extensas de florestas tropicais como Malásia e Amazônia.

O mega-incêndio 1997/1998, em Roraima, trouxe mais visibilidade ainda a este velho e embaraçoso problema ambiental brasileiro. Neste Estado, o sistema de uso de recursos posto em funcionamento especialmente a partir de 1975 apresenta o mesmo padrão predatório geral da Amazônia. O sistema de impacto antrópico atua da seguinte forma: por um lado, a colonização agrícola familiar com o emprego do sistema de roças e extração madeireira, e na *sucessão* a rápida formação de pastos especulativos ou uma paisagem depredada na sua biodiversidade; por outro lado, especialmente no oeste do Estado, os focos de garimpo, hoje residuais. Na presente década, a colonização e a pecuarização têm avançado, se difundido sobre o que resta de área ainda disponível, exercendo pressões sobre as bordas de áreas de preservação ambiental ou reservas indígenas. Muitas destas superfícies são de tensão ecológica savana/floresta, propensas a grandes incêndios, contudo melhor servidas de transporte e serviços e mais próximas à capital.

A rápida expansão do turismo acontece – e isto pode ser observado como uma especificidade – no contexto da emergência das preocupações com a *sustentabilidade*. Trata-se, sem dúvida, de uma grande oportunidade para Roraima, a de poder pensar a função turística a partir de uma cultura mais consciente ambientalmente, ou, em outras palavras, a partir de uma cultura em que a *ética ambiental* passa a estar presente, superando o simples binômio *ética desenvolvimentista/ética social e distributivista*. Foi este binômio o responsável pelos altos custos ambientais – deterioração do *capital*

natural – registrados na área. Afortunadamente – pode-se dizer isto na *era dos serviços e da turistização* – Roraima é uma daquelas áreas em que largas superfícies foram e são protegidas dos efeitos predatórios deste binômio pelos custos e dificuldades das distâncias e pela militância ambiental e indigenista. Poderá a função turística efetivamente conferir sustentabilidade ao uso regional dos recursos em Roraima? Poderá uma *nova representação regional*, orientada para o uso do território para turismo ecológico superar a representação convencional da área como campo para as frentes agro-madeireira-minerais?

O fluxo de turistas estrangeiros em Roraima

O fluxo de estrangeiros europeus e da América do Norte que passa por Roraima é caracteristicamente um fluxo de *turistas pioneiros*, de primeira visita (Coord. de Turismo, 1997). A permanência em Roraima é uma *escala*, em média de 2,5 dias, sendo estes turistas estrangeiros sobretudo europeus, em uma trajetória mais ampla dentro do norte da América do Sul, com porta de entrada pela Venezuela para acesso a Manaus, principalmente, mas também no sentido inverso (Figura 1). Estima-se que a presença européia no fluxo seja cerca de 7 vezes a presença dos turistas da América do Norte. Entre os europeus predominam os britânicos, que por sinal se demoram mais (5,5 dias) (Coord. de Turismo, 1997).

É aquela longa viagem que resulta em muitas histórias para contar depois, mas que quase nunca se repetirá. A narrativa da experiência é que vai estimular novas pessoas a fazerem os mesmos trajetos, num longo e informal *efeito demonstração* nos círculos educacionais/culturais de consumidores turísticos, consumidores propensos a trajetos não-convencionais. Seriam turistas caracteristicamente do tipo *alocêntrico*, segundo a classificação de Plog (1973:15, cit. por Pearce, 1991:15). Foram atraídos para Roraima a partir de leituras e conversas com amigos e parentes, tendo pouquíssimo peso a influência de meios como televisão. Hospedam-se em hotéis – a classificação máxima atingida no Estado é 3 estrelas – e hospedarias de diferentes padrões, não havendo hotéis de cadeias internacionais em Boa Vista, e chegam a Boa Vista quase todos de ônibus. O dispêndio de dinheiro em Boa Vista por parte destes turistas é muito moderado, o que denota o perfil cultural e alocêntrico do fluxo.

Cerca de 4/5 deste fluxo é composto por pessoas na faixa

etária de 18 a 34 anos (sem presença de pessoas com mais de 51 anos, e irrisória presença de pessoas com menos de 18 anos), predominando as profissões culturais (professor e estudante). A composição por sexos, no fluxo turístico, é equilibrada e compatível para um *fluxo turístico alocêntrico*: homens (65%), mulheres (35%). Estes estrangeiros da Europa e América do Norte é que formam aquele grupo tipicamente turístico, que se desloca por Roraima atraído quase absolutamente pelas belezas naturais, e muito residualmente pelas culturas indígenas, ou manifestações culturais ou história cultural (Coord. de Turismo, 1997). Trata-se de uma demanda com nítido perfil cultural educacional, orientada para a natureza.

A presença sustentada deste fluxo, com este excelente perfil do ponto de vista ambiental e conservacionista, por certo dependerá da sustentabilidade das condições naturais encontradas por estes pioneiros. Caso as iniciativas de investimento turístico orientem-se efetivamente para trabalhar com esta demanda, então tenderão a ser reforçadas as características ambientais vantajosas de Roraima, preservando-as, dando-se sustentabilidade à exploração a médio e longo prazos. Não é um fluxo para propiciar rápida e massiva acumulação. É um fluxo que requer um manejo ecológico sustentável, atento à preservação e ampliação da grande e única vantagem do Estado no campo do turismo receptivo: o *capital natural*. A depreciação deste capital retirará as chances do desenvolvimento turístico local.

A indução governamental para a difusão do turismo

São de 1987 as primeiras iniciativas governamentais, ainda tímidas, de ordenar a atividade do ecoturismo no Brasil, com a criação da *Comissão Técnica Nacional*, constituída pelos órgãos Embratur e Ibama. Sete anos depois, em 1994, o reconhecimento da inconsistência das políticas perseguidas até então levaram a que os Ministérios da Indústria, Comércio e Turismo e do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, pela portaria interministerial nº 001, de 20 de abril/1994, instituíssem grupo de trabalho conjunto para elaborar – como uma reação à grande expansão do ecoturismo em nível mundial e às grandes potencialidades do território brasileiro para este segmento do setor turístico – documento oficial específico oferecendo *Diretrizes* para uma Política Nacional de Ecoturismo.

Três argumentos dominam o documento: o setor de ecoturismo apresenta uma expansão vertiginosa; o Brasil apresenta gigantescas

vantagens em ecossistemas para competir por fatias cada vez maiores deste setor expansivo; e, a retórica da sustentabilidade. Neste documento, os ecossistemas das florestas amazônicas e cerrados são identificados. À exceção das *Reservas Biológicas* e das *Estações Ecológicas*, ele apresenta as Unidades de Conservação – Parques Nacionais, Estaduais, Municipais, Florestas Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) – como de alto potencial para exploração do ecoturismo. Algumas áreas do país são pouco cobertas por unidades desta natureza, enquanto em outras o ecoturismo já se desenvolve com gestão de qualidade a desejar, avalia o texto em foco. Com ênfase é apontado o potencial futuro das *Reservas Particulares de Patrimônio Natural* (RPPN), áreas de conservação em propriedades privadas e submetidas a legislação específica.

O documento *Diretrizes* é uma conclamação à articulação institucional entre os organismos do setor turístico e os organismos de gestão e educação ambiental, articulação a ser estimulada por *fóruns* de discussões, capacitação em massa de recursos humanos para o setor, forte difusão de mensagens e idéias de ecoturismo nas escolas de diferentes níveis, etc. Por outro lado, preconiza-se a necessidade da montagem de um sistema de gerenciamento de informações, monitoramento e controle de qualidade, e de suporte de incentivos tecnológicos e financeiros para o setor do ecoturismo. A municipalização e a participação comunitárias são estratégias de desenvolvimento já contempladas no documento (MICT/MMA, 1994). Estas propostas se reiteram no Programa Nacional de Ecoturismo (1996-1999) (MICT/Embratur, 1996-1999).

Em 1995, o governo federal – através da Sudam, e com a participação da OEA – publica os resultados dos estudos turísticos referentes ao Estado de Roraima, no âmbito do documento “*Linhas Básicas para um Programa de Desenvolvimento do Turismo na região Amazônica*” (Sudam/OEA, 1995). Este documento é um inventário descritivo amplo dos recursos ou atrativos potenciais turísticos do Estado de Roraima, concebido como um “*instrumento técnico, concreto e detalhado*” do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA, 1994-1997, Sudam). O levantamento feito permite orientar decisões setoriais e locais de investimentos turísticos, públicos ou privados, em Roraima, descendo ao nível do detalhamento operacional.

O inventário identificou que as atrações do Estado são fundamentalmente do tipo “*Natural e Ecológico*”, e sugeria entre outras propostas para o período 1995-1999, definição de produtos turísticos

e melhoria dos tradicionais, melhoria da comunicação entre a cidade de Boa Vista e o rio Branco, assim como da navegação turística, a exploração restritiva das Estações Ecológicas de Maracá, Caracará e Niquiá, a criação do Parque Nacional do Tepequém, e melhoramentos nas paisagens urbanas das sedes municipais (Sudam/OEA, 1995).

Dentre os objetivos apresentados na *Política Nacional de Turismo* (MICT/Embratur, 1996-1999), três parecem, sem descuido dos demais, bem responderem às realidades regionais de Roraima: melhoria da qualidade de vida das populações vivendo em áreas com potencial turístico; proteção ao meio ambiente; e construção de uma imagem externa positiva para o país. Pode-se afirmar isto uma vez que o notável *capital natural* existente em Roraima, inclusive dentro das Unidades de Conservação, contrasta com a pobreza de parte das populações locais, assim como formou-se no campo nacional e internacional, uma imagem predatória e destrutiva para o Estado, a partir dos problemas indígenas e ambientais (fogo).

Ainda em 1996, o GTC (Grupo Técn. De Coordenação para a Amazônia Legal: MMA, Ibama, Embratur), com o apoio da Funai e da OEA – frente às perspectivas, desejo e possibilidades de inserção de muitas comunidades indígenas na atividade receptora do ecoturismo – lança o *Programa Piloto de Ecoturismo em Áreas Indígenas* (MMA.Funai, 1996). O *Programa* é desenhado pressupondo autonomia decisória de lideranças e comunidades indígenas sobre a exploração do meio ambiente natural e da cultura das áreas indígenas e a participação do Ministério do Meio Ambiente e da Eco-Brasil (Associação Brasileira de Ecoturismo, uma organização reunindo operadores, agências de turismo, fornecedores de produtos e serviços, cooperativas, instituições de pesquisa, etc). Ele induz a abertura do *capital natural* das áreas indígenas para a competição internacional pelo mercado ecoturístico.

Além de prever a identificação de potencialidades turísticas e o treinamento das comunidades indígenas, o *Programa* estimula a integração e a troca de experiências entre as diferentes etnias no campo do ecoturismo, através de *fóruns* e oficinas. Nenhuma das *Áreas-Piloto* indígenas decididas pela Funai estavam em Roraima, e sim no Pará, Amazonas e Mato Grosso. O *Manual Indígena de Ecoturismo* (MMA.GTC Amazônia, 1997) sugere como deve funcionar o negócio do ecoturismo nas terras indígenas: “os índios, organizados em uma Associação, vendem um programa ou pacote ecoturístico – hospedagem, alimentação, transporte dentro da área indógena e

atividades ecoturísticas – a uma agência ou a um grupo de ecoturistas” (MMA.GTC Amazônia, 1997:45). Em Roraima especialmente, a integração dos indígenas ao ecoturismo está dando os primeiros passos, com a criação de Associações Indígenas no *lavrado e serras de Pacaraima*.

Do ponto de vista estratégico, a *Política Nacional de Turismo* ao enfatizar municipalização (PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo) das ações e a qualificação profissional, atende à problemática de uma região que está diante dos desafios de desenvolver a função turística se apoiando sobretudo na iniciativa local, comunitária, dos grupos indígenas e dos pequenos empresários. Em outras palavras, um leque de agentes atomizados e carentes de capital e tecnologia frente a um muito elevado e disperso potencial de exploração ecoturística.

Os detalhamentos setoriais e espaciais das ações turísticas para Roraima foram sendo feitos a partir da Coordenadoria de Turismo (Codetur) do governo estadual. Com vigência para o período 1996-1998, o Governo Estadual elaborou a sua *Política Estadual de Turismo* (Governo de Roraima, 1996), com amplo apoio financeiro para as ações de divulgação no exterior dos produtos turísticos estaduais. A Embratur em 1997 promoveu em Boa Vista a primeira fase da Oficina de Capacitação de Monitores Municipais de Turismo, com 27 participantes de 9 municípios do Estado, cujo conteúdo foi introdução ao turismo sustentável, diagnóstico municipal e comunidade, planejamento turístico, marketing turístico e ação municipal. (MICT/Embratur, 1997). Ainda em 1997 a Codetur divulgou o *Manual Para Investimentos Turísticos em Roraima* (Codetur, 1997).

O *Manual* elenca e detalha os tipos de incentivos disponíveis em níveis federal, macrorregional (Amazônia) e estadual (Quadro I), fontes externas de financiamento disponíveis, os procedimentos a serem seguidos pelos investidores para a implantação dos empreendimentos, e o perfil padrão – características, exigências – de projetos de turismo ecológico e de pesca (Codetur, 1997).

Roraima: capital natural, diversidades culturais e infra-estruturas

O Estado de Roraima apresenta uma superfície de cerca de 225 mil quilômetros quadrados, onde estão aproximadamente 250 mil habitantes, segundo a última contagem de população (1996). A taxa média de crescimento anual da população caiu muito, da década de

Quadro I
Estado de Roraima
Incentivos disponíveis para Investimentos Turísticos

<i>FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte</i> , federal/macrorregional, beneficiando pessoas jurídicas de direito privado de função exclusivamente turística habilitadas pela Embratur..	Investimento misto (cap. fixo e de giro) e capital de giro. Formação de mão de obra, instalações hoteleiras “ambientais”, como hotéis de selva, campings, meios de transporte, equipamentos de lazer
<i>PROGETUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional</i> , federal/macrorregional.	Investimentos gerais em capital fixo (hotéis, hotéis-fazenda, pousadas, meios de transporte como veículos, barcos, aviões, etc) e de giro. Limite de até R\$ 2, 4 milhões p/empr. Agente financeiro: BASA.
<i>PRODETUR – Prog. de Des. Do Turismo Ecológico</i> , federal.	Investimentos gerais em capital fixo (hotéis, hotéis-fazenda, pousadas, meios de transporte como veículos, barcos, aviões, etc) e de giro. Semelhante ao PROGETUR.
<i>SISTEMA BNDES, Apoio à Conservação do Meio Ambiente</i> , federal	Financiamento de investimentos fixos (excepto máquinas e equipamentos), até R\$ 3 milhões por empresa/ano. Agente financ.: Banco do Brasil.
<i>PROG. DE FINANC. ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE RORAIMA</i> , Bamerindus/Sebrae.	Somente capital de giro. Financiamentos de 2 mil a 20 mil reais. Sebrae elabora projeto.
<i>PROGRAMA EXCEL DE FINANC. ÀS MICRO E PEQ. EMPRESAS</i> , Excel econômico/Sebrae.	Capital de giro. Financia os pacotes turísticos (passagem, etc).
<i>PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda do Estado de Roraima</i> , estadual.	Empresas e firmas indiv. de micro e pequeno porte. Financia equipamentos, serviços e giro. Limite de até R\$ 35 mil. Ag. Financ.: Banco do Brasil.
<i>FINEM – Financiamento à Empresa, FINAME ESPECIAL, e FINAME AUTOMÁTICO</i> , federais.	Grandes projetos empresariais. Destina-se a máquinas e equipamentos, como equip. para lavanderias, cozinhas, refrigeração, etc, incl. Sob encomenda. Controle: BNDES/Banco do Brasil
<i>FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo</i> , federal.	Financiamento de estudos, projetos, e capital fixo a Estados, Municípios e Empresas privadas. Gestão da Embratur.
<i>FUNDER – Fundo de Des. Econ. do Estado de Roraima</i> , estadual.	Investimentos fixos e mistos de empresas de qualquer porte.

Fonte: Codetur (1997). *Manual para...*

1980 – quando atingiu quase 10% – para os cinco primeiros anos da década atual (1991/1996) quando declinou para 2,8%. Apesar da desaceleração demográfica geral, partes do Estado, especialmente no centro, sofrem um massivo processo de colonização e ataque a florestas primárias, gerando grandes preocupações e efeitos ambientais, particularmente pela natureza transicional dos ecossistemas atingidos. O grande incêndio recente foi uma combinação deste sistema antrópico agressivo com o ressecamento das paisagens provocado pelo *El Nino* (Figura 1).

Ambientalmente, Roraima é um amplo *domínio de transições* dos ecossistemas florestais amazônicos para os ecossistemas de formações savanóides, não sendo portanto o que se chama *típica amazônia*. As precipitações – regime de Hemisfério Norte – de verão passam dos 2.000 milímetros médios anuais no sul do Estado, para próximo aos 1.000 mm no nordeste, onde a savana chega a atingir formas *estépicas*, com cactáceas. A colonização e a imigração intensa para Roraima, após 1970, foi viabilizada pela construção das rodovias federais Brs 174 e Perimetral Norte que cortaram o centro e sul florestais do estado. Esta colonização foi rodoviária, não se interessou pelos *campos do rio Branco* já apropriados fundiariamente pelas fazendas, e lançou-se por sobre as áreas de florestas primárias onde viviam muitos grupos indígenas. Notáveis choques culturais e biológicos aconteceram e continuam acontecendo fruto dos atritos de territorialidades .

Os relevos residuais e as amplas superfícies aplainadas

As áreas montanhosas, ou terras mais altas do Maciço das Guianas, situam-se nos extremos ao norte e noroeste do Estado (sistema Pacaraima-Parima), com altitudes superiores a 2.000 metros, funcionando como divisores de água entre as bacias do rio Branco/Negro/Amazonas, e rio Orinoco (Venezuela) (denominadas como *Planalto Amazonas-Orinoco*). É neste sistema de relevo na área de Pacaraima (Montes Roraima, Caburáí, etc) onde se concentram as atenções do ecoturismo (Figura 01).

Salvo pequena área montanhosa (Acari) nas cabeceiras dos rios Anauá, Jauapery e Jatapu pelo lado de Roraima, e rio Essequibo/Rupununi do lado da Guiana, com altitudes entre 600 e 800 metros, a quase totalidade do território de Roraima é formada pelo que se denomina *Depressão da Amazônia Setentrional*, superfície muito aplainada e monótona recoberta por savanas/campos ou floresta, e

com altitudes entre 80-200 metros onde, muito espaçadamente, observam-se relevos residuais (Gatto, 1991: 49-60), como a emblemática Serra Grande próxima a Boa Vista. O avanço da frente pioneira na floresta se realizou na *Depressão* e portanto as terras altas foram se tornando – como no caso da serra do Acari, sudeste de Roraima, que se tornou reserva indígena dos Wai-Wai, e na área das terras montanhosas de Pacaraima já mencionadas – áreas de refúgio indígena.

Assentamentos e infra-estruturas

A partir dos anos de 1950, Boa Vista se tornou como capital de *Território Federal* uma *fronteira burocrática*, e assim sua importância demográfica e funcional se prolongou e se reforçou desde então até os dias atuais. Hoje é uma cidade com cerca de 150.000 mil habitantes, enquanto a segunda cidade (a sede do Município de Mucajaí) apresenta cerca de 6.000 habitantes. Em outras palavras, 76% da população de Roraima está na capital. Trata-se de um típico caso de macrocefalia. A cidade dispõe das infra-estruturas básicas para o deslanche de um processo de difusão do turismo ecológico funcionando ela como primeiro centro de apoio receptivo.

Sua localização próxima à Venezuela, a cerca de 2,5 horas por estrada asfaltada, e equipagem urbana muito superior às cidades venezuelanas da fronteira, torna Boa Vista apta a centralizar funções de organização do setor, tornando-a a porta de entrada norte na Amazônia brasileira. A cidade tem vantagens de transporte aéreo e terrestre, além de localizar-se às margens do rio Branco, poder desenvolver o transporte fluvial turístico. Iniciativas neste sentido já existem (Quadro II). O fornecimento regular de energia, com o fim da instalação das linhas de transmissão Venezuela/Roraima, conferirão à cidade mais uma vantagem, além de a mesma sediar importantes serviços educacionais, de formação técnica, de apoio crédito e empresarial, e de assistência médica.

As populações indígenas

A presença indígena em Roraima é muito importante. Vivem hoje no Estado cerca de 30.000 indígenas (Azevedo, 1997:167), distribuídos entre os vários grupos remanescentes do choque biológico e cultural causado pela expansão das frentes pecuária, mineral, madeireira e de colonização com pequenos produtores. Quase a

metade da área do Estado é de *Reservas Indígenas* (Tabela 1). É portanto da maior importância para as decisões concernentes à difusão do turismo na área o conhecimento das distribuições das populações indígenas no Estado. São identificadas, presentemente, três áreas de localização indígena em Roraima: a área *Macuxi-Wapixana*; a área *Yanomami*; e a área *Wai-Wai/Waimiri-Atroari* (Figura 1).

É na área Makuxi-Wapixana, de velha colonização, onde surgem as primeiras iniciativas para a exploração do turismo, por parte dos indígenas ou da sociedade envolvente, como no caso dos Taurepang na fronteira com a Venezuela, perto do Monte Roraima, a partir de contactos com os parentes (os Pemon) venezuelanos que exploram o turismo no Parque Canaima (Rodrigues, 1998). Aí se formam as primeiras Associações Indígenas orientadas para os negócios do ecoturismo. No caso dos Wai-Wais/Waimiri-Atraris não existem iniciativas de exploração turística direta nas suas áreas, nem iniciativas de turismo eco-rural por parte de colonos e fazendeiros ou outros empreendedores nas áreas de *Projetos de Colonização* do Incra próximas às suas reservas. A distância de Boa Vista é considerada um grande empecilho para isto. Mas, como para todos os outros grupos indígenas do Estado, há um intenso comércio de artesanato para ser vendido em locais turísticos fora do Estado de Roraima.

Iniciativas de difusão do turismo em Roraima

A construção da imagem de Roraima dos serviços

Está em curso todo um esforço de modificação da imagem regional de Roraima ante o país e exterior. Tendo em vista a sofrível imagem ambiental do país no exterior, e a influência negativa cooperadora para esta imagem de eventos indígenas e ambientais que tiveram lugar em Roraima, o sucesso que se obtenha na reconversão da imagem de Roraima para o ecoturismo apresenta-se, certamente, como de elevado valor estratégico para os objetivos nacionais de imagem no campo externo.

Neste esforço, têm exercido papel de destaque as instâncias técnicas/planejamento e educacionais públicas, e organismos de apoio à iniciativa privada (Escola Técnica, Secretarias de Planejamento, Sebrae, Fecor, etc), assim como várias empresas de serviços e turismo como agências, restaurantes, etc, o que configura uma autêntica e

ampla parceria. Os Guias Turísticos de Roraima de 1998, elaborados pela ETFRR/Sebrae (1998) e pela Fecor (1998) são alguns exemplos de construção de novas *representações* das realidades do Estado.

Nestes *Guias*, os elementos das realidades regionais naturais e histórico-culturais do Estado são pinçados, escolhidos e representados quanto às suas possibilidades para se constituírem em produtos para consumo turístico. Elemento enfatizado da flora é a existência do *lavrado*, denominado “*a maior clareira natural da Amazônia*” (ETFRR/Sebrae, 1998). *Lavrado* é a denominação local para os *campos e savanas* de Roraima. O Lago Caracaranã, localizado aí no *lavrado* e a 180 km da capital Boa Vista (Município de Normandia), é descrito como “*monumento natural bellissimo circundado por cajueiros e por uma areia branca...deslumbra a todos que ali visitam*”, ou “*um oásis para os olhos*”. No Monte Caburá, que atinge 1.456 metros de altitude acima do nível do mar, nasce o rio Uailã “*com sua maravilhosa cachoeira do Garã-Garã...*” e aí há uma “*espécie rara de flor única da região que se chama Clusia*” no ponto mais longe ao norte do Brasil (ETFRR/Sebrae, 1998).

Roraima é vista como “*a porta do Brasil para o hemisfério norte*”, o Estado “*mais setentrional do Brasil*” (Fecor, 1998). Enfatiza-se a *remotividade* do Parque Nacional do Monte Roraima, o “*extremo norte*” do Brasil, onde Cândido Rondon em 1927 colocou o marco zero da tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guyana, assim como para o Monte Caburá (ETFRR/Sebrae, 1998). Aí se ressaltam “*belas savanas, recortadas de rios de águas puras e cachoeiras ... uma das mais antigas montanhas da terra...cenário impressionante esculpido pela chuva e pelos ventos*”. Na parte superior do Monte Roraima, o Vale dos Cristais: “*fonte de imaginação, paz e tranqüilidade para os alpinistas, estudiosos e turistas*”. Também no norte do Estado, próximo à Vila Brasil, a história do *eldorado* e dos garimpos é recriada com a indicação da Serra do Tepequém como atração para turistas: a área “*... mais rica em minérios, como ouro, diamantes e outros ... permite o acesso a automóveis*” (ETFRR/Sebrae, 1998).

É em Boa Vista onde estão os imóveis históricos, como o prédio da Prelazia do Rio Branco, construído em 1907, a Igreja Matriz (1892), a ex-residência do Coronel Bento Brasil (1892) e a Residência do Porto, formando um conjunto arquitetônico às margens do rio Branco de muita beleza, restaurado em parte por recente iniciativa de urbanização para valorizar este passado simbólico, onde está o Monumento aos Pioneiros de Roraima. Mais ao norte de Boa Vista, na confluência dos rios Uraricoera e Tacatu formando o rio Branco,

indicam-se as ruínas do Forte de São Joaquim, marco da fixação colonial lusitana na área (1775). Para as secções florestais ao centro e sul do Estado, de colonização pós 1970, as descrições escasseiam. Regionalmente, a *Roraima dos Serviços* é a do norte/nordeste, das savanas e das montanhas Pacaraima/Roraima/Caburaí. A área programa de estímulo ao turismo do governo estadual, o "*Pólo Norte Turismo*", cobre justamente estas superfícies.

A Roraima pós 1970 foi a Roraima das áreas florestais ao centro e sul do Estado, onde se abriam oportunidades de propriedade da terra e exploração madeireira através da construção das estradas BRs 174 e 210 sobre áreas de florestas primárias e de indígenas não contactados. As riquezas eram as matas e as terras livres e as perspectivas da melhoria contínua das infra-estruturas de transporte, energia, comunicações, educação, saúde, etc. A imagem externa de Roraima, dos anos de 1970 até os começos dos anos de 1990, fez-se como a da Amazônia em geral: frente florestal para conquista de terras, exploração de madeiras e garimpo, isto associado às perspectivas de implantação de infra-estruturas, como hidroelétricas e estradas lançando cicatrizes nas florestas.

É em época do desenvolvimentismo pós 70, o *lavrado* com suas fazendas, malocas indígenas e buritizais, a velha Boa Vista dos terraços do rio Branco, tudo era o passado e nostalgia, sem visibilidade externa para construir uma imagem de Roraima. Apenas os poetas se lembravam dela, como Eliakin Rufino em 'Boa Vista': "*boieira subindo o rio/fazenda pra capinar/os sinos da freguesia/nascem os filhos do lugar*" (Rufino, 1993). Pode-se hipotetizar que a construção da imagem de Roraima para os *serviços turísticos* baseia-se em duas *remotocidades*: a remotocidade do tempo, ou *nostalgia*; e a remotocidade do espaço, ou do *paraíso perdido*.

O passado mais remoto, a sacração do lugar e o paraíso do consumidor turístico.

A indústria do passado vai mais além do período colonial, em busca de registros arqueológicos (pinturas rupestres, 4.000 anos +-?) como na Pedra Pintada, granito de 40 metros de altura e 60 metros de diâmetro, na área indígena de São Marcos, Município de Pacaraima, próximo ao rio Parimé, ou na Cachoeira do Bem-Querere, Médio Rio Branco, Município de Caracaraí, a 125 km ao sul de Boa Vista, ambos os locais ainda sem infra-estrutura de apoio. Na Pedra Pintada houve quem chegasse a sonhar com ancestrais dos povos indígenas, diz-se.

O Museu Integrado de Roraima, em Boa Vista, é um museu

antropológico da cultura material indígena e da colonização. Nesta recriação há toda uma atmosfera de perguntas sobre o *gênesis*, sobre o desconhecido nas origens do homem, a *infância perdida* da humanidade. São dezenas de sítios arqueológicos identificados. Em Roraima: “*you are closer to that which many people call a piece of paradise*” (Fecor, 1998) perdido.

Propriedades de *magia da terra, esoterismos de lugares e eremitismo* são aspectos realçados, repetidos, como no caso do Vale dos Cristais, já mencionados, mas não apenas. Há uma verdadeira “*magia no ar de Roraima*” (Fecor, 1998), nos dizem as novas representações. Os platôs, os altos relevos residuais, os campos do rio Branco e as florestas são esoterizados, deixando de ser apenas massas de matéria para o real ou potencial extrativismo vegetal e mineral da ganância desenvolvimentista. A área passa a ser descrita como “*cheia de lendas e mistérios*”, e para a qual se dirigem “*místicos do mundo inteiro para buscar energia, encontrar o seu eu perdido*” (Fecor, 1998).

As paisagens passam a ser construídas como cenários não mais para a ganância dos pioneiros das frentes agro-madeireiras-minerais, mas *cenários de paraíso* para aventuras esotéricas e/ou energéticas das classes médias dos grandes centros urbanos (montanhismo, meditação e introspecção, ralis, canoagem, acampamentos, pesca, etc): “*a busca do ‘seu’ eldorado perdido ainda continua*”, diz-se. A partir de elementos das paisagens de legenda do *Renascimento Europeu* se criam as representações da Roraima da pós-modernidade.

Há uma multidão de novos símbolos ou velhos símbolos re-situados social, cultural e economicamente. O pôr-do-sol em Boa Vista, a silhueta dos buritizais, o Monte Roraima (2.875 metros), os cavalos selvagens do *lavrado*, os banhos nos igarapés e nas praias arenosas do rio Branco, o peixe preparado *na telha* ou a *caldeirada* às margens do grande rio emblemático, as neblinas das terras altas de Pacaraima, todas estas imagens fortes de desfrute e prazer vão soterrando a velha imagem pública regional – dos viajantes pioneiros e naturalistas sofredores e das frentes agro-madeireiras-minerais do desenvolvimentismo – cheia de febres, desânimo, depredação natural, massacres e isolamento.

A valorização da culinária e do artesanato locais

As perspectivas de exploração turística têm conduzido a um

sistemático processo de seleção e fixação dos elementos dos *gêneros de vida* dos indígenas ou dos primeiros colonizadores. Rodrigues (1998) observou como os Taurepangs, localizados ao norte de Roraima (Pacaraima), foram perdendo sua cultura no contacto com a sociedade expansiva. Muitos indivíduos não sabem mais as suas lendas, rituais, e a própria língua.

Quadro II
Iniciativas Turísticas

<p><i>Ecotur Park</i>, hotel de selva, rio Água Boa do Uvini, prox. À Reserva do Niquiá, baixo rio Negro. Até 12 pessoas. Vôos panorâmicos, coz. Internacional, loc. de barcos, pesca pega/solta, fotografias e trilhas na selva.</p>
<p><i>Ilha de Maracá</i> é Estação Ecológica do Ibama, com 1.013 km², situada a 85 km a noroeste de Boa Vista. É area de pesquisa e preservação permanente (santuário ecológico). É necessária autorização do Ibama para visitá-la e possui infra-estrutura básica de alojamento p/ suporte de pesquisa.</p>
<p><i>Lago Caracaranã/Camping Club</i>, 170 km a noroeste de Boa Vista, balneário, infra-estrutura com chalés, apts., camping, localizado no Município de Normandia. Cozinha regional sistema self-service.</p>
<p><i>Ilha da Praia Grande</i>, a 6 km de Boa Vista, no rio Branco, ilha de várzea, belíssimas praias e lagos. Caminhadas para apreciação de fauna e flora. Sem infra-estrutura.</p>
<p><i>Monte Caburai</i>, 1.456 metros de altitude, fronteira com a Guayana, ponto extremo norte do Brasil. Nascentes do rio Uailã, com queda d'água de 200 metros. Sem infra-estrutura. Área do Parque Nacional do Monte Roraima (Parque criado em 1989). O Monte Roraima fica a 80 km. Dificil acesso. Turismo de aventura de alto risco.</p>
<p><i>Parque Nacional do Monte Roraima</i>, criado em 1989, com 1.160 km². O apoio imediato para acesso é feito pela cidade de Santa Elena da Uiarém, na fronteira com Roraima, carretera nº 10, que é a continuação da BR 174. As escarpas e o "platô" do Monte Roraima são lendários do ponto de vista das excursões de aventura e foram descritos no romance de Arthur Conan Doyle, denominado "The Lost World".</p>
<p><i>Murupu Camping Tour</i>, a 30 km de Boa Vista pela BR 174, balneário no rio Murupu. Infra-estrutura para campismo, bar/rest., equip. p/ pescaria. Observação de buritizais.</p>
<p><i>Tocatur Turismo</i>: passeios nas praias do rio Branco – São Marcos, Água Boa e Serra Grande – em barco com serviço de bordo. Pescaria, banhos. Grupos de até 8 pessoas.</p>
<p><i>Forte de São Joaquim</i> (1775), ruínas, acessível por barcos de turismo ("voadeiras", balsas) a partir de Boa Vista, em navegação à montante. Não possui infra-estrutura de apoio.</p>
<p><i>Bem Querer Empreendimentos Turísticos, Caracarái</i>, alojamento em barracas de palha para grupos de até 10 pessoas, restaurante regional, passeios de barco, pesca e trilhas na mata.</p>
<p><i>Clube de Camping São João, Bonfim</i>, hospedagem em "malocções" para até 50 redes, infra-estrutura para camping, restaurante, passeios de barco, banhos e pesca.</p>

continuação:

Ponta do Sol, Ilha do Amajari, prox. Ponte do Uraricoera/BR 174, camping, restaurante, barcos, banhos.

Roraima Savanas, 5 dias de excursão com acomodações variadas (malocas indígenas, fazendas, camping, hotel), comidas indígenas

Fontes: Coord. Tur. de Roraima, Guia Oficial; Fecor (1998); ETFRR/Sebrae (1998).

Em contraste, do lado venezuelano, os Pemón (parentes dos Taurepangs), fixaram e transmitiram ritos, lendas, costumes em função da integração bem sucedida à atividade turística. É, em parte, uma sobrevivência cultural de elementos funcionais ao sucesso econômico e social do grupo no novo contexto da expansão dos serviços turísticos. O universo cultural indígena passa a ser revisitado, selecionado, para o consumo turístico.

Entre os Makuxis, é possível assistir a cenas ritualísticas do Canaimé (espírito maligno) e a ações de benzeduras dos pajés, ou às celebrações do retorno da pesca e da caça, atividades preparadas para visitantes. Dois elementos materiais dos *gêneros de vida* locais têm recebido revalorização especial para a exploração turística: o artesanato e a culinária. A culinária é centrada na oferta dos peixes de água doce e no uso da farinha de mandioca. Foram instalados diversos restaurantes especializados nas "*caldeiradas de peixe*" ou "*peixe assado na telha*". A demanda urbana crescente de peixes como tambaquis e pacus, que a pesca artesanal não consegue mais atender, estimulou a criação destes peixes em cativeiro por empresas de diferentes portes. O artesanato se baseia fortemente nas cestarias de palhas de buritis e cipós, existindo na cidade de Boa Vista o Centro de Artesanato para venda local e exportação de peças.

Valorização ecológica e utilização das áreas ambientais protegidas em Roraima.

As imagens e textos valorizam o conteúdo ecológico de Roraima, sua natureza de transição entre "*a selva amazônica e as montanhas*", e por possuir "*ecossistemas singulares*" (Fecor, 1998) muitos dos quais muito próximos da linha de base do *Holoceno*, antes que o *antropismo* desencadeasse grandes mudanças. Isto é ressaltado como uma vantagem comparativa. Ter permanecido natural e culturalmente mais conservado passa a ser positivo. O valor da área para as pesquisas científicas – *serviços de C & T ambiental* – constitui-se num grande *capital natural*: "*aqui há muito para ser descoberto*" (Fecor, 1998).

Existem sete áreas ambientais legalmente protegidas pelo Governo Federal, perfazendo um total de 38.271 km² de superfície (Tabela 03). Três delas – as Estações Ecológicas de Maracá, Caracaraí e Niquiá, que juntas perfazem cerca de 4.684 km² – não podem ser utilizadas para fins turísticos. No caso da primeira, há propostas para sua utilização sob condições especiais, mas as restrições são severas. A Estação Ecológica de Maracá e o Parque Nacional do Monte Roraima situam-se na área programa “*Pólo Norte Turismo*”, do Governo do Estado (Figura 01).

O Ibama desencadeou uma série de ações de educação ambiental nas Estações Ecológicas de Maracá e de Niquiá. Na Estação de Maracá – um conjunto de três ilhas no rio Uraricoera – a ação é voltada para a educação dos Índios Wapixanas e Makuxis, já tendo se realizado o treinamento dos agentes multiplicadores. Na Estação do Niquiá, que se situa na margem direita do rio Branco, ao sul da sede do Município de Caracaraí, o programa de educação ambiental é voltado para os coletores de tartarugas – *os tartarugueiros* –, onde se tem estimulado a criação em cativeiro e a troca de tartarugas capturadas por cestas básicas (*Projeto Quelônios*). Acerca das áreas de projetos de colonização familiar, muitas contíguas às áreas protegidas que acabam sendo afetadas pela exploração predatória, foi assinado em nível federal, entre o Ibama e o Inkra, o *Programa de Educação Ambiental nos Assentamentos de Colonização*, mas as articulações para sua implementação em nível local em Roraima, apesar do pioneirismo na Amazônia, estão começando ainda.

No Município de Pacaraima, na fronteira Brasil/Venezuela (BR 174) e a 10 km da cidade de Santa Elena, a prefeitura encontra-se em negociações com o Ibama e a Universidade de Cambridge, Reino Unido, no sentido de criar o *Parque Municipal de Parakaimã*, parque de *turismo ecológico*, com 49 km². O Parque se situaria na parte leste da sede do Município, área de floresta montana, formando uma retaguarda verde a ser protegida do iminente desmatamento por conta da expansão da cidade de Pacaraima. A localização é de fácil acessibilidade. As suas funções seriam: identificação e preservação da flora, e da fauna de médio e grande portes; propiciar educação ambiental às populações locais, colonos, indígenas e turistas, através de trilhas educativas, palestras, etc; preservação da qualidade dos mananciais que fornecem água à cidade de Pacaraima e às comunidades indígenas. O *Parque* seria coincidente com parte da Reserva Indígena de São Marcos. Após o levantamento faunístico e florístico, será estabelecida uma trilha educativa de 5 km (Pontes & Melo, 1998).

Tabela 03
Estado de Roraima
Áreas Protegidas Administradas pelo Ibama
1998

<i>Condição para Uso Turístico</i>	<i>Denominação da Unidade e data de criação</i>	<i>Superfície em km²</i>
Utilização para Ecoturismo com Zoneamento e Plano de Manejo Adequados	Floresta Nacional de Roraima ^a	26.647 km ²
	Parque Nacional S. da Mocidade	3.510 km ²
	Parque Nacional do Viruá (1998)	2.270 km ²
	Parq. Nac. do M. Roraima (1989)	1.160 km ²
Não podem ser utilizadas	Est. Ecológica do Niquiá (1985)	2.866 km ²
	Est. Ecológica de Maracá (1981)	1.013 km ²
	Est. Ecológica de Caracaráí (1982)	805 km ²
_____	Total	38.271 km ²

Fonte: Ibama. Roraima, 1998

a- Superposta à Reserva Indígena Yanomami.

Do ponto de vista da exploração turística, esta pode vir a se constituir numa das iniciativas chaves para a captura dos fluxos turísticos que entram pela Venezuela para o Parque Canaima na Venezuela, apoiados na cidade venezuelana de Santa Elena. E, vice-versa, puxar fluxos turísticos de Manaus em direção à Venezuela. Em ambos os casos, Boa Vista poderia se beneficiar de sua posição geográfica, da sua incontestável vantagem em serviços e transporte na área para atuar como pólo operacional maior na escala regional de Roraima.

Uma enorme vantagem do Parque é que ele está sendo concebido para a educação ambiental e o turismo ecológico associado ao contacto com as culturas indígenas da área (etnias Taurepang, Makuxi e Wapixana). É uma iniciativa no novo contexto das perspectivas dos *serviços turísticos* para Roraima. Um centro de visitantes com alojamentos básicos para turistas e pesquisadores será construído, e além de demonstrações de uso sustentado de recursos e da trilha educativa, o *Parque* oferecerá banhos (Pontes & Melo, 1998). Sua área, não sendo muito grande, e ainda se localizando próximo à BR 174 e à cidade de Pacaraima, permitirá por certo melhor manejo e controle.

Considerações finais

O presente trabalho registra e analisa esforços sistemáticos por parte de governos e da iniciativa privada com o objetivo de difundir a exploração do *ecoturismo* no Estado. As iniciativas em Roraima são parte das ações que se desencadeiam em todo o país, em particular na Amazônia, para agregar a função turística ao complexo das funções econômicas já existentes nos contextos regionais.

O entendimento comum e bem compreensível é que o grande patrimônio a ser disponibilizado para a atividade turística na Amazônia e em Roraima é representado pelo *capital natural*. Diante disto, a grande e primeira tarefa que Roraima enfrenta – assim como a Amazônia em geral – para se tornar uma área receptiva ecoturística importante é o desafio da reconversão da imagem no exterior. Trata-se do difícil empreendimento de transformar uma imagem regional de frentes agro-madeireiras e minerais numa imagem de desfrute, de prazer, de observação e de preservação. O perfil do fluxo turístico para Roraima é do tipo *alocêntrico*, com inconfundível característica cultural, e origem européia. A manutenção deste fluxo e sua ampliação pressupõe o reforço e a ampliação das características naturais da área, sua conservação, ou pelo menos um mínimo de depreciação deste *capital natural*.

Uma vez que o quadro dos controles territoriais sobre as superfícies de Roraima são particularmente complexos – áreas de proteção ambiental, reservas e comunidades indígenas, áreas de projetos, municípios –, detalhadas articulações institucionais encontram-se em curso para viabilizar a exploração ecoturística, articulações estimuladas que são por planos e programas federais/regionais. As superfícies de Roraima encontram-se num primeiro momento de exploração de uma destinação, e com um aporte de *capital natural* extremamente vantajoso que escapou das ondas mineiras, madeireiras e de colonização/pecuarização por conta da remotidade da área e de ações indigenistas e de preservação ambiental. Um novo desafio ambiental se apresenta para Roraima, que é o da gerência regional e localizada da exploração ecoturística dentro da perspectiva da sustentabilidade.

Agradecimentos:

Ao CNPq – Brasília pelo apoio básico à pesquisa, e à Facepe pelos auxílios concedidos. Registramos ainda nossa gratidão à Coordenadoria de Turismo da Seplan/Roraima e Universidade Federal de Pernambuco.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Marta (1997). Fontes de dados sobre as populações indígenas brasileiras da Amazônia. *Cadernos de Estudos Sociais*, vol.13, n.1, jan./jun., pp.163-177, Recife, Fundaj.
- BARROS, Nilson Crocia (1995). *Roraima: paisagens e tempo na amazônia setentrional*. Recife, Editora da Universidade F. de Pernambuco.
- CODETUR (1997). *Manual para Investimentos Turísticos em Roraima*. Boa Vista.
- COORD. de Turismo(1997). *Pesquisa sobre o Turismo Receptivo*. Boa Vista, Gov. de Roraima, Sec. de Plan. Ind. e Comércio.
- COORD. de Turismo de Roraima. *Guia Oficial*. Boa Vista, s/d.
- DOYLE, A.C. (1995). *The Lost World*. Oxford University Press.
- ETFRR (Esc. Técnica Fed. De RR)/Sebrae (1988). *Guia turístico de Roraima*. Boa Vista.
- FECOR (1998). *Guia: turismo em Roraima*. Boa Vista.
- FGV (1996). *Conjuntura Econômica*, 50(2), Rio de Janeiro.
- GARROD, Brian & Fyall, Alan (1998), Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*, 19(3), UK.
- GATTO, L.C. (1991). Relevô, in: Ibge (1991). *Geografia do Brasil: região norte...op cit*, pp.47-60.
- GEOGRAPHICAL (1995). *The Royal Geographical Society Magazine*. London, February.
- GOUDIE, A (1993). *The Human Impact on the natural Environment*. London, Blackwell.
- GOVERNO de Roraima (1996). *Política Estadual de Turismo 1996-1998*. Boa Vista.

- IBGE (1991). *Geografia do Brasil: região norte*. Rio de Janeiro, vol.3.
- MICT/Embratur (1996-1999). *Programa Nacional de Ecoturismo*. Brasília.
- MICT/Embratur (1997). *Relatório de Oficina de Capacitação do PNMT*. Boa Vista.
- MICT/MMA (1994). *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília, Embratur.
- MMA.Funai (1996). *Programa Piloto de Ecoturismo em Áreas Indígenas*. Brasília.
- MMA.GTC Amazônia (1997). *Manual Indígena do Ecoturismo*. Brasília.
- MPO (Min. Plan. Orçam.)/SAR/Suframa (1998). *Projeto Potencialidades regionais Estado de Roraima*. Manaus, FGV/ISAE.
- PEARCE, Douglas (1991). *Tourism today: a geographical analysis*. Long. Sc. & Tech, Essex.
- PLOG, S.C.(1973). Why destination areas rise and fall in popularity. *Cornell H.R.A Quaterly*, November, pp.13-16, cit. por Pearce, 1991, ob.cit.
- PRICE, M. (1996). The Venezuelan Andes and the Geographical Imagination, *The Geographical Review* 86(3): 334-335.
- PONTES, A.Rossano & Melo, A. Coutinho (1998). *Levantamento dos recursos faunísticos, florísticos e abertura da trilha educativa do Parque Municipal de Parakaimã, Pacaraima, Amazônia brasileira*. Boa Vista, n-publ.
- RODRIGUES, Shyrline (1998). A viabilidade da atividade turística explorada pelos indígenas de Roraima, in: Alves, C. (org.). *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. Boa Vista, Universidade Federal de Roraima, pp.244-247.
- RUFINO, Eliakin (1993). *Poeta de água doce*. Rio de Janeiro, Blocos.

SUDAM/OEA (1995). *Linhas Básicas para um Programa de Desenvolvimento do Turismo na região Amazônica*. Belém, 1995.

TISDELL, Clement A. (1997). Ecotourism: aspects of its sustainability and compatibility. *Working Papers on Economics, Ecology and the Environment, Environment*, n.20, The University of Queensland, Australia.

